

TRANSFORMAÇÕES IDENTITÁRIAS: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E CISNORMATIVIDADE A PARTIR DE UMA PSICANÁLISE IMPLICADA

GUSTAVO PIRES¹; CAMILA PEIXOTO FARIAS²;

¹*Universidade Federal de Pelotas – gustavoppires7@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas - pfcamila@hotmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente resumo se constitui a partir de uma das discussões do trabalho de conclusão de curso produzido pelo mesmo autor no curso de Psicologia, pela Universidade Federal de Pelotas, em vínculo com o grupo de pesquisa em psicanálise Pulsional. Inicialmente, propomos a reflexão sobre como podemos pensar a nossa relação constitutiva com as possibilidades múltiplas de gênero que acabam sendo limitadas na sociedade ocidental (OYEWUMÍ, 1997/2021). O chá de revelação do “sexo” do bebê, o furo na orelha no nascimento da bebê do sexo feminino, as brincadeiras e brinquedos oferecidos e proibidos durante a infância, a aparência que a criança assume pelas formas que é vestida e tratada pelo adulto, as permissões e proibições, os modos de agir que são instituídos e os investimentos possíveis para cada gênero - ou menino, ou menina. Esses são exemplos de como, desde o início da vida, podemos já passar a enxergar o gênero “não como um dado do corpo, mas como um efeito produzido sobre os corpos” (FAVERO, 2022), o que incessantemente é reforçado com o tempo.

Através do presente trabalho, buscaremos praticar um exercício de tensionar a cisgeneridade no seu lugar de modelo hegemônico de se vivenciar o gênero na sociedade ocidental, onde o “cis” se torna norma - “cisenormatividade”, e o quanto a perpetuação dessa universalidade caracteriza um movimento político de violência e opressão social. Enquanto isso, a pluralidade de gênero é colocada em um espaço de marginalização, patologização e da sujeira (FAVERO, 2022). Consideramos importante trilhar esse caminho analisando campos que exercem forças sobre as categorias de gênero, articulando colonialidade, lógicas sociais hegemônicas, binarização e a própria posicionalidade do sujeito-pesquisador para com o campo de pesquisa.

Utilizaremos de recursos psicanálise, entre teorias clássicas e contemporâneas, que nos auxiliem a evidenciar os processos que mostram como somos igualmente transformados, independente do sexo/gênero (OYEWUMÍ, 1997/2021), na intenção de refletirmos sobre a disparidade perpetuada no meio social, principalmente em relação às violências incididas sobre pessoas não-cis (travestis, mulheres e homens trans, não-binárias, etc). Reforçamos nosso compromisso com uma construção de conhecimento ética e situada, estando atentos aos referenciais que estão a serviço de regimes de poder estruturantes das normas de sexo/gênero e buscando formas de problematizar e atualizar conceitos teóricos que não condizem com as necessidades sociais atuais.

2. METODOLOGIA

Como referencial metodológico, nos embasamos no método psicanalítico, onde desfazem-se as barreiras colocadas entre a pessoa pesquisadora e o referencial teórico/objeto da pesquisa. Assim, tudo se constrói a partir das reverberações insurgentes nesse encontro de subjetividades com o campo sociocultural e seus fenômenos, colocando em jogo a possibilidade de cada aspecto no caminho ser transformado (FIGUEIREDO; MINERBO, 2006).

Consequentemente, impulsionamos uma nova estratégia de deslocar o olhar para as normas e regimes de poder, produzindo algo que movimenta a nós, (aqui) ao *cis-tema*, as pessoas leitoras e trazem contribuições à própria psicanálise (DOCKHORN; MACEDO, 2015).

Estamos cientes que ocupamos posição corporificada (HARAWAY, 1995) e ético-política neste campo de pesquisa, colocando as teorias clássicas que nos embasam em um diálogo situado ao contemporâneo e suas emergências, além dos nossos próprios atravessamentos. CAFFÉ (2018) denomina essa prática como um manejo teórico-clínico-político: segundo ela, uma forma de movimentar o que já está dado, nos atentando às bases teóricas, das relações de poder e também aos contextos, que inegavelmente se atrelam à produção de conhecimento, para então podermos transformar determinadas realidades. Assim, o que destacamos está de acordo em adotar uma metodologia que se dá no encontro, na articulação produto de uma "brecha analítica" onde se abriram os encaixes entre o "eu" e o "campo" (FAVERO, 2020).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de colonização europeia impôs, para a sociedade ocidental, sistemas de organização em que narrativas são construídas e atribuídas às pessoas em relação à sua própria história, possibilidades, escolhas e caminhos. O gênero, nesse sentido, surge como uma das categorias estruturalistas, principalmente embasado pelo determinismo biológico, fator que acaba sendo determinante para constituição de identidades (OYEWUMI 1997/2021). Para BUTLER (2018), a identidade de gênero se define não só como uma característica descritiva, mas como um ideal normativo consoante às práticas reguladoras que buscam preservar a coerência entre o genital, sexo biológico e o gênero produzido na cultura. É apenas a cisgeneridade que demarca o reconhecimento social de uma subjetividade, e independente da identidade de gênero, somos regulados a partir dessa métrica cismutativa, onde existe a legitimação do que é ser homem ou mulher (*cis*) e formas únicas possíveis de performatividade/desejo baseados no sexo anatômico e no sentido reprodutivo (FIRMINO, PORCHAT, 2017).

Quando analisamos categorias de gênero e sexualidade, não se questiona a respeito da causa ou "problema" que leva a pessoa heterossexual a ser hétero, ou da pessoa cisgênera a ser *cis*, etc. No entanto, o que foge desse lugar universalizado se torna objeto de investigação, de dúvidas, correspondendo ao projeto colonizador presente nas estruturas opressoras: patologizante, invisibilizador e excludente de subjetividades minorizadas/racializadas (AYOUCH, 2015). Na intenção de questionarmos essas violências, recorremos às teorias psicanalíticas como forma de tornar nítido a importância de estarmos abertos à pluralidade de gênero e à multiplicidade de formas possíveis de existir no mundo.

Segundo FREUD (1905), no início da vida, o bebê precisa de suporte para as atividades, encontrando-se em um estado de desamparo físico e subjetivo. As pulsões circulam no corpo de forma anárquica (FREUD, 1905), sem direcionamentos objetais específicos, o que nos leva a concordar com LAPLANCHE (2015) que o pulsional anárquico se estende à inúmeras possibilidades em qualquer âmbito, classificando-o como polimorfo. Logo, se os investimentos em si e no outro e as escolhas objetais não foram direcionadas ainda, podemos pensar no gênero como aberto ao plural.

Por meio das trocas afetivas realizadas no processo do cuidado, onde há o encontro do bebê com o adulto, ocorre a inserção da criança na cultura (FREUD,

1930), levando o bebê a despertar a organização das pulsões, e, portanto, constituir o “Eu”. As mensagens transmitidas nessa relação alteritária adulto-criança irão exigir uma tradução pelo bebê, um processo de simbolização/representação ao longo da sua inserção no meio social (LAPLANCHE, 2015), que também facilitará para novos direcionamentos - obviamente influenciados pelo que sustenta as normas hegemônicas. Tal condição começa a contribuir para certo recalcamento desse pulsional perverso-polimorfo (LAPLANCHE, 2015), e, consequentemente, da pluralidade associada à ele, já que as normas regulam as experiências de acordo com os regimes de poder que as sustentam - aqui, nos interessa focar na base cismotivativa.

Com a ideia do envio de mensagens comprometidas - inclusive com o inconsciente do adulto - e a necessidade de tradução, LAPLANCHE (2015) propõe que, ao invés de pensarmos na identificação da criança “com” o adulto cuidador, como propõe a teoria freudiana, a constituição do Eu se daria a partir de uma identificação “por” este adulto, já que é através dos códigos do seu pequeno *socius* que a criança será direcionada a se constituir e se subjetivar. Propomos, em relação ao trabalho de transformação/simbolização dessas mensagens, uma identificação “a” - a algo singular. Em outras palavras, o sujeito, conforme se desenvolve, precisará transformar aquilo que lhe foi ensinado (como, por exemplo, o gênero designado) em algo próprio, de acordo com a experiência subjetiva que compõe seu existir. Esse processo de transformação pode ter como resultado uma identificação que se adequa à designação inicial - pela ação incessante da cismotiva, o que consideramos destacar aqui este como o caminho “facilitado”. No processo vivenciado por pessoas não-cis, a apropriação/tradução das mensagens enigmáticas que constituíram a designação inicial - a identificação *por* - não resultou em uma adequação, mas sim na construção de uma identificação a um gênero diferente do que lhe foi atribuído. Por contrariar/questionar o que está na norma, essa transformação ganha visibilidade e é patologizada, considerada “anormal”. Já a transformação que as pessoas cisgêneras realizam (o processo de passagem de uma *identificação por* para uma *identificação a*) fica invisibilizado, pois resulta numa adequação em maior ou menor grau à norma, mas ainda sim dentro dela.

Podemos pensar que talvez esse seja um dos principais privilégios de nós, pessoas cis: ter seu processo de transformação invisibilizado e naturalizado, o que, paradoxalmente, nos torna visíveis como únicos seres a terem direitos reconhecidos e obterem facilidades sociais (FAVERO, 2022). Nos perguntamos qual seria o motivo por trás de tantas violências cismotivativas contra pessoas trans, não-binárias, agêneras, etc., se elas se identificaram “a” algo singular à suas experiências dentro da enorme gama de possibilidades? Por que se preza tanto pela conservação da cisgêneridade como forma única de vivenciar o gênero e se preserva a ideia de que não há transformação possível ou aceitável?

A reflexão de pessoas cis sobre o que é agenciado a partir da cismotividade é um ponto crucial que buscamos salientar como uma forma de gerar aberturas a esse recalcamento do pulsional perverso-polimorfo. Buscamos colocando em jogo a dimensão da intensidade desse processo e como isso impacta diretamente as aberturas que aqui consideramos essenciais existirem para transformarmos nossas bases, usando, inclusive, dos privilégios para constituirmos novos horizontes, com menos violências e maior senso de liberdade, pluralidade e possibilidades de vivenciarmos as experiências no mundo.

4. CONCLUSÕES

Os apontamentos retratados neste resumo buscam sintetizar uma longa discussão sobre identidade de gênero e efeitos da cisnatividade no social a partir do fato de que todos somos transformados. Se trata, principalmente, de dar visibilidade às violências que o cis-tema produz, para que possamos passar a trabalharmos com novas e eficazes respostas diante dos dilemas e disparidades acerca da identidade de gênero, bem como suas contribuições servindo para estruturar todo um sistema que reproduz o determinismo biológico enquanto marcador fundamental na nossa sociedade. Além disso, buscamos abrir a discussão para pensarmos novas possibilidades, atualizações e contribuições à forma de se pensar dentro da psicanálise: ao invés de abrirmos mão das teorias, utilizarmos-as de forma responsável, renovando cenários pelos quais essa ciência tem muito a contribuir, desde que seja situada.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYOUCH, Thamy. Da transsexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais. *Percuso*, 2015, **Exigências da clínica e da cultura à psicanálise**, 54, p. 23-32. Disponível em: <https://hal.science/hal-01498414>.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Judith P. Butler; tradução Renato Aguiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. [recurso eletrônico].
- CAFFÉ, Mara. **Norma e subversão na psicanálise: reflexões sobre o Édipo**. *Percuso*, Rio de Janeiro, V. , 2018
- DOCKHORN, Carolina Neumann de Barros Falcão; MACEDO, Mônica Medeiros Kother. Estratégia Clínico-Interpretativa: um recurso à pesquisa psicanalítica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S. I.J, v. 31, n. 4, p. 529–535, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapt/article/view/18068>.
- FAVERO, Sofia. Pesquisando a dor do outro: os efeitos políticos de uma escrita situada. **Pesqui. prát. psicosociais**, São João del-Rei , v. 15, n. 3, p. 1-16, set. 2020 . Disponível em .
- FAVERO, Sofia. **Psicologia Suja**. Sofia Favero. 1.ed. Salvador, BA: Devires, 2022.
- FIRMINO, Flávio Henrique; PORCHAT, Patricia. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, Araraquara**, v. 19, n. 1, p. 51–61, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/10819>.
- FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. (P. C. Souza, Trad.) São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 1930.
- FREUD, Sigmund. **Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade** (P. C. Souza, Trad.). Brasília: Companhia das Letras, 1905.
- HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, v. 5, p. 7-41, 1995
- LAPLANCHE, Jean. **Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano**. 2000-2006. Porto Alegre: Dublinense, 2015.
- OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 1997/2021.